

# Estado educador e reforma administrativa em minas gerais

Lorene Figueiredo

**Como citar:** FIGUEIREDO, L. Estado educador e reforma administrativa em minas gerais. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 233-237.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p233-237>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Estado educador e reforma administrativa em Minas Gerais

Lorene Figueiredo\*

Este artigo resulta de algumas sínteses provenientes da pesquisa realizada no mestrado, caracteriza o processo de trabalho docente em Minas Gerais, sua função na realização da hegemonia a partir do aparelho de Estado e o que se apresenta como uma abordagem inicial quanto ao seu impacto sobre os trabalhadores.

O Estado em Gramsci não é restrito ao âmbito da realização administrativa, burocrática<sup>1</sup>. Na condição de sua realização estrita desempenha duas funções básicas: a manutenção da ordem através da coerção (dos mecanismos de controle através dos quais o Estado se realiza como força repressiva e evidencia sua natureza de classe) e a busca do consenso, do consentimento da classe trabalhadora para a realização das políticas da classe que detém o controle do Estado e dos meios de produção. A administração dos interesses dos capitalistas através do consenso, se dá via aparelhos de hegemonia. Estes mecanismos operam no seio da sociedade civil, a arena na qual as classes sociais, através dos aparelhos de hegemonia, realizam seus embates para universalizar determinada concepção de mundo, certa ideologia.

O Estado realiza para Gramsci uma tarefa crucial na reprodução de qualquer modelo de sociedade: educar para a sociabilidade da classe que representa. Os elementos diretamente ligados à esfera produtiva são mantidos pelas elaborações culturais que expressam e organizam a sociedade, ambos modelando a existência. O elemento de mediação deste processo que permeia as superestruturas é a ideologia.<sup>2</sup>

O equilíbrio contraditório conseguido pela construção do consenso, exercido pelos intelectuais e posto em prática a partir dos aparelhos de hegemonia, é o campo dinâmico das lutas onde as classes elaboram seus intelectuais e suas concepções de mundo e buscam conquistar a hegemonia. A hegemonia é, assim, ideologia objetivada, realizada.

Na realização da hegemonia, Gramsci nos apresenta a burocracia como essencial na manutenção das relações do Estado com a sociedade civil, como uma força social mediadora das relações que se reafirmam ou das novas que se estabelecem. Ainda de acordo com Gramsci, a burocracia deve ser entendida não apenas como o corpo efetivo de funcionários do Estado, mas como as camadas sociais nas quais esses elementos são recrutados tradicionalmente. A pequena burguesia urbana constitui a base social de recrutamento da burocracia.<sup>3</sup>

---

\* NETEC/UFJF.

<sup>1</sup> GRAMSCI (2000b); GLUCKSMAN (1980).

<sup>2</sup> GRAMSCI. (2000b); KONDER (2002).

<sup>3</sup> Prefiro a noção de faixas intermediárias pois conserva a dinâmica das frações de classe que a compõe. Ver SINGER (1988) e, uma abordagem inicial com pequena revisão da literatura RIDENTI (1995).

Para Gramsci, a burocracia do Estado também pode ser identificada como intelectuais e nesta função, organizam e dirigem os setores sociais onde atuam, contribuindo para a hegemonia de classe da burguesia ou para sua desagregação. Para os trabalhadores em educação, a condição de participar da burocracia do Estado, impõe inúmeras contradições. A elaboração dessas contradições no sentido da ruptura, depende, em parte, da mediação dos intelectuais elaborados pela própria fração de classe em questão. A educação é a arena imediata na luta de classes do docente e propicia experiências fundamentais que modelam a relação com o trabalho e a visão de mundo, sendo decisiva na formação deste sujeito histórico.

#### **A REORGANIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO EXPRESSA NAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS.**

Ante as condições objetivas colocadas pela crise de acumulação, a burguesia em suas experiências nacionais tratou de reestruturar sua principal ferramenta de organização da sociedade: o Estado. As reformas administrativas e educacionais são expressão desse reordenamento e correspondem à reestruturação produtiva. O Estado realiza um importante papel na co-administração do processo ampliado de acumulação, organizando a forma de produção e apropriação da riqueza social, bem como pelos recursos que aloca de acordo com a necessidade da valorização do capital.<sup>4</sup>

Da crise do sistema capitalista no Brasil decorre o esgotamento da ditadura empresarial e militar como instrumento de coerção; no âmbito da produção o fim do milagre econômico é sua expressão. Um de seus efeitos foi o êxodo rural, tornando a população brasileira mais urbana. A carência dos serviços essenciais como saneamento, fornecimento de água e educação pública assume uma proporção mais dramática. A existência de um regime de exceção permitiu a leitura da crise como decorrente da ditadura e do peso que sua estrutura burocrática tinha sobre as relações sociais de produção. O discurso da ineficiência do Estado ganhou espaço, surgiram novos projetos de gestão aliados às 'políticas sociais' conformando os trabalhadores à sociabilidade capitalista.<sup>5</sup>

O Estado, cumprindo seu papel de representação de classe, gerencia o funcionamento da sociabilidade, realizando sua tarefa educativa, adequando a sociedade ao aparelho econômico. Ao longo da década de noventa, a proletarianização<sup>6</sup> avança sobre os trabalhadores ligados às áreas voltadas para as políticas sociais e prossegue na década seguinte.

#### **O GOVERNO AÉCIO, O AVANÇO NA REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO**

O governo Aécio partiu do estabelecimento de prioridades, dentre elas: alcançar o equilíbrio fiscal e o controle orçamentário e solucionar a questão previdenciária. Para tanto defendeu um trabalho de modernização e de inovação da gestão pública com: máxima informatização de processos e de produtos, ênfase no desenvolvimento do "governo eletrônico", incorporação de modernos métodos

<sup>4</sup> Crise de Acumulação: fruto da dinâmica do Capitalismo elas são cíclicas e expressam as contradições do regime produtor de mercadorias. O neoliberalismo é sua saída "pela direita" instalou-se a partir dos anos setenta para a economia mundial. Para alguns autores esta crise, por suas especificidades, expõe o limite de manutenção do próprio sistema. Crise e reestruturação produtiva como saída conservadora ANTUNES (2005).

<sup>5</sup> Sociabilidade: como pertencimento a um determinado grupo, no qual todos os elementos sociais compartilham um mesmo modo de pensar e agir. GRAMSCI (2000a).

<sup>6</sup> Avanço dos mecanismos de controle sobre o trabalho, subsunção real. BRINGTHON (1991)

de planejamento, organização e gestão à rotina da administração; implementação e gerenciamento de projetos e de programas focados em resultados; modernização da infra-estrutura física, tecnológica e organizacional.<sup>7</sup> O Diário Oficial do Estado de Minas Gerais publicou, em 15 de maio de 2003, as mudanças em questão.<sup>8</sup>

O governo alterou as relações de trabalho dos servidores. Não há mais o aumento dos salários por tempo de serviço e a promoção será feita por critérios de desempenho do órgão e do indivíduo com a criação do Adicional de Desempenho (ADE). Além disso, a referência para o percentual de reajuste dos servidores passou a ser a arrecadação de tributos no estado. O regime de previdência entrou em fase de transição para se ajustar à Reforma Previdenciária do Governo Federal.

Através do decreto nº 43.576 o governo apresentou o modelo padrão dos planos de carreira dos servidores. Em seu artigo sexto o decreto apresenta a principal restrição que o norteia e revela a função da reforma: "A instituição dos Planos de Carreira de que trata este decreto e o enquadramento dos atuais servidores públicos civis na estrutura da carreira deverão ocorrer sem impacto financeiro" (p. 3).

No gerenciamento da força de trabalho previa: "Desenvolvimento com base no mérito, na qualificação profissional e no esforço pessoal; avaliação de desempenho individual como requisito necessário para o desenvolvimento na carreira; sistema permanente de formação e aperfeiçoamento para fins de promoção; maior mobilidade institucional, setorial e intersetorial do servidor". (ibidem)

A realização regular de concursos não está assegurada caracterizando a precarização do trabalho no serviço público estadual. O plano permitiu o avanço da flexibilização sobre os efetivos e aprofundou a expropriação em geral. Observamos, igualmente, a justificativa ideológica que responsabiliza individualmente o servidor pelo mau funcionamento da máquina administrativa.<sup>9</sup>

A avaliação de desempenho como espinha dorsal do plano de carreira estrutura as possibilidades de ascensão ou de demissão. A demissão ocorre quando o trabalhador recebe de seus superiores hierárquicos duas avaliações negativas consecutivas ou cinco intercaladas. Fica evidente o papel disciplinador desse instrumento e a perda de autonomia e controle sobre o processo de trabalho sendo que o estado não precisa utilizá-la para que atinja os efeitos desejados. A avaliação está prevista para implantação desde o Pró-Qualidade (1991). A mudança de nível deixa de ser automática e fica sujeita a avaliação do pedido por uma comissão e só será concedida se houver disponibilidade orçamentária.<sup>10</sup>

A ascensão na carreira foi extremamente dificultada. O quadro foi fragmentado em cinco níveis e vinte graus, totalizando cem possibilidades de enquadramento, sem levarmos em consideração a

<sup>7</sup> O 'Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado' sintetiza o planejamento e as ações do Governo Aécio Neves. Acervo da Fundação João Pinheiro. Acessível também em: [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br).

<sup>8</sup> Os princípios empresariais que inspiraram a reforma do Estado no Brasil estão presentes na argumentação do governo de Minas Gerais desde a abertura democrática. Apenas a partir do Pró-Qualidade (1991) ganham maior incidência.

<sup>9</sup> A Lei 15.293 de 05/08/2004 corresponde à mensagem nº135.

<sup>10</sup> O subcontratado perdeu os ganhos salariais por tempo de serviço, permanecendo estacionado no piso inicial.

diferenciação pela avaliação de desempenho individual. O menor e o maior valor de vencimento básico também demonstram o grau de deterioração que foi institucionalizado.<sup>11</sup>

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho da burguesia à frente do Estado em Minas Gerais, conforme os planos de governo desde 1990 nos permitiram avaliar, foi empreender a reorganização da economia no estado de forma a capitalizar os recursos estrangeiros através do Banco Interamericano e do Banco Mundial. Este papel que historicamente o estado desempenha na administração dos interesses da burguesia e o conflito decorrente com a classe trabalhadora materializa-se nas reformas administrativas. O redirecionamento dos investimentos para os setores com produtos de baixo valor agregado e a relação com os investimentos estrangeiros restringem o uso de recursos nas políticas sociais.

O fenômeno mais imediato observado nesta categoria é a 'desidentificação' tanto com o trabalho quanto com as formas organizativas de sua fração de classe. O resultado do rebaixamento das condições de trabalho e subsistência é interpretado como ausência de possibilidade de mudança, naturalizando a exploração. A percepção permanece circunscrita à lógica que informa a reforma do Estado. Suponho que, nesse momento, esse trabalhador da rede estadual sucumbiu à alienação, tendo uma percepção fetichizada.<sup>12</sup> A hegemonia burguesa tem sido bem sucedida em Minas Gerais.

#### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. Cortez editora, Campinas, 1995.
- BRIGHON, Labour Process Group. *O Processo de Trabalho Capitalista em:* Da Silva, T.T. (org) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- GLUCKSMAN, Christine Bucí: A Problemática da Ampliação do Estado. Em *Gramsci e o Estado*, RJ, Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, Antônio: *Cadernos do Cárcere* - Vol.2 Os Intelectuais; O Princípio Educativo; 2000a
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*- Vol.3: Notas sobre o Estado, 2000b
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere* - Vol.4: Americanismo e Fordismo; Carlos Nelson Coutinho (org), RJ; Civilização Brasileira, 2000c

<sup>11</sup> Para um professor da educação básica em início de carreira o menor valor de vencimento é de R\$ 305,00. Se este servidor obtiver só avaliações positivas, fizer cursos de pós-graduação até o doutorado, chegar aos 30 anos de serviço sem nenhum pedido de mudança de nível recusado e sem o Estado alegue falta de capacidade financeira, encerrará a carreira com um vencimento básico de R\$ 1.246,86. O governo faz questão de demonstrar a variação em pontos percentuais: 308%.

<sup>12</sup> Fetichismo no sentido gramsciano: "Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais o formam na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma num fantasma do intelecto, num fetiche". (2000:332).

LEHER, Roberto. *Reforma do Estado: O Privado Contra o Público*, Revista Educação, Saúde e Trabalho, 2003.

MARX, Karl. *Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia*. [www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br). Acesso em 10/05/2005.

RIDENTI, Marcelo. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*, Questões da Nossa Época, SP, Cortez, 1995.

SINGER, Paul: *A Formação da Classe Operária*, SP, Atual, UNICAMP, 1988.

#### DOCUMENTOS DO GOVERNO.

\_\_\_\_\_. *Minas Séc. XXI: Progresso Econômico e Melhoria da Qualidade de Vida. Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia*. 1991-1994.

Governo de Minas Gerais: *Plano de Ação do Governo Eduardo Azeredo: Minas para Todos: à democratização do Desenvolvimento*. 1994.

\_\_\_\_\_. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - Governo Aécio Neves*, 2004.

Decreto nº 43.576 de 09/09/2003 Diretrizes para elaboração dos anteprojetos de planos de carreira..

Plano de Carreira dos servidores da Educação do Estado de Minas Gerais: lei 15.293 de 05 de agosto de 2004.

Lei 15.784, sancionada em 28 de outubro de 2005, Vencimentos básicos.

Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 15 de maio de 2003, 'Choque de Gestão moderniza o Estado'.

Resolução Conjunta nº. 5645 de 13 de agosto de 2004. Avaliação de Desempenho

Manual da avaliação de desempenho individual: (ADI) dos servidores da Secretaria de Estado da Educação. SRH/SEE/MG, 2004.